

## TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, COM A FINALIDADE DE REGULAMENTAR A CESSÃO DE SERVIDOR PERTENCENTE AOS QUADROS DE PESSOAL PERMANENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA**, órgão autônomo inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 14.674.303/0001-02, com sede na 4ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 495, Salvador - BA, CEP 40301-110, representado pelo seu Conselheiro Presidente, **Marcus Vinicius de Barros Presidio**, neste ato designado **CEDENTE**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, órgão autônomo inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na cidade de Salvador - BA, na 5ª Avenida do Centro Administrativo do Estado da Bahia – CAB, nº 750, CEP: 41.745-004, neste ato representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Pedro Maia Souza Marques**, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, resolvem, tendo em vista o constante nos autos do Processo Administrativo SEI/MPBA nº 19.09.00860.0022027/2025-18, firmar o presente TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE PESSOAL, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1** O presente Termo de Convênio tem por finalidade disciplinar a cessão do servidor **CILMO XAVIER CEDRO FILHO**, matrícula 751001, pelo **CEDENTE**, para o exercício do cargo **em comissão de Diretor, símbolo CMP-6**, pertencente ao quadro do **CESSIONÁRIO**, especialmente no que tange ao custeio de remunerações, auxílios e encargos, além de definir procedimentos administrativos e obrigações assumidas entre os Convenientes.

**1.2** O servidor será cedido sem prejuízo do regime a que se encontra vinculado junto ao **CEDENTE**, dos vencimentos, dos direitos e vantagens advindos do exercício do cargo efetivo, nos termos e condições definidos nos instrumentos jurídicos aplicáveis aos mesmos.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO CUSTEIO DAS DESPESAS COM A CESSÃO E DO RESSARCIMENTO DE VALORES

#### 2.1 DO PAGAMENTO AO SERVIDOR

**2.1.1.** Incumbirá ao **CEDENTE** o pagamento ao servidor dos valores referentes ao cargo efetivo, inclusive das verbas decorrentes de vantagens pessoais àquele relativas.

**2.1.2.** Incumbirá ao **CESSIONÁRIO** o pagamento integral ao servidor de:

- a) verbas relativas ao exercício do cargo de provimento temporário de Diretor, símbolo CMP-6, mediante opção nos termos do art. 78 da Lei Estadual – BA nº 6.677/1994 e normas correlatas;
- b) verbas indenizatórias, tais como auxílio alimentação, programa de reembolso e outros auxílios instituídos no âmbito do **CESSIONÁRIO**, observados os requisitos e limites previstos em normativos internos.

**2.2. DO RECOLHIMENTO DE VERBAS PREVIDENCIÁRIAS**

**2.2.1** Incumbirá ao **CEDENTE** o recolhimento das obrigações previdenciárias decorrentes do cargo efetivo do servidor cedido.

**2.2.2.** Incumbirá ao **CESSIONÁRIO** o recolhimento das obrigações previdenciárias decorrentes do cargo em comissão ocupado pelo servidor cedido, para o Fundo Previdenciário BAPREV, observado o limite do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), caso os recolhimentos previdenciários do **CEDENTE** não tenha atingido o referido teto.

**2.2.3.** Incumbirá ao **CESSIONÁRIO** o recolhimento das obrigações da Previdência Complementar PREVNORDESTE, no percentual pactuado pelo servidor cedido, sobre o valor da remuneração do cargo em comissão ocupado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES**

**3.1. COMPETE AO CEDENTE:**

- a) Encaminhar ao **CESSIONÁRIO** informações acerca de qualquer evento que importe na alteração da remuneração ou de descontos legais sobre os vencimentos do servidor;
- b) Realizar a publicação oficial do Ato de disponibilização do servidor, renovando-o sempre que necessário, enquanto perdurar a cessão;
- c) Efetuar os pagamentos e recolhimentos sob sua responsabilidade, conforme previsto nos **itens 2.1.1. e 2.2.1 da CLÁUSULA SEGUNDA.**

**3.2. COMPETE AO CESSIONÁRIO:**

- a) Efetuar os pagamentos e recolhimentos sob sua responsabilidade, conforme previsto nos **itens 2.1.2, 2.2.2 e 2.2.3 da CLÁUSULA SEGUNDA.**
- b) Providenciar o ressarcimento integral ao **CEDENTE** dos valores por este pagos/recolhidos, discriminados nos **itens 2.1.1. e 2.2.1 da CLÁUSULA SEGUNDA,**



mediante emissão de nota de empenho e respectiva ordem bancária, até o último dia útil do mês subsequente ao recebimento do documento demonstrativo enviado pelo **CEDENTE**.

**b.1)** O ressarcimento deverá ser efetuado pelo **CESSIONÁRIO** em conta corrente a ser indicada pelo **CEDENTE**.

**c)** enviar ao **CEDENTE** as comprovações dos recolhimentos previdenciários realizados em favor do servidor cedido.

**d)** Informar ao **CEDENTE** quaisquer desvios de conduta por parte do servidor cedido que caracterizem infração às disposições estatutárias de origem.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1** Os custos operacionais referentes ao objeto deste Convênio serão cobertos pelas seguintes dotações orçamentárias do **CESSIONÁRIO**, conforme a natureza de cada parcela remuneratória:

- a) O ressarcimento ao **CEDENTE** pelo pagamento da remuneração correspondente ao **cargo efetivo**, inclusive das verbas decorrentes de vantagens pessoais relativos ao referido cargo, estimado anualmente em R\$ 334.035,23 (trezentos e trinta e quatro mil e trinta e cinco reais e vinte e três centavos), será realizado na seguinte dotação orçamentária: 0028.2000.3.1.90.96.
- b) O pagamento da remuneração decorrente do exercício do **cargo em comissão**, estimado anualmente em R\$ 289.673,41 (duzentos e oitenta e nove mil seiscentos e setenta e três reais e quarenta e um centavos), será realizado na seguinte dotação orçamentária: 0028.2001.3.1.90.11;
- c) O custeio de verbas indenizatórias, como o auxílio alimentação (2013.3.3.90.46) e programa de reembolso (2012.3.3.90.08), estimados anualmente em R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) e 17.541,12 (Dezessete mil quinhentos e quarenta e um reais e doze centavos), será realizado nas seguintes dotações orçamentárias respectivamente: 0028.2013.3.3.90.46 e 0028.2012.3.3.90.08.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA ESTIMATIVA DE DESPESAS**

**5.1** Para o exercício 2025, o valor estimado para o pagamento das despesas decorrentes da execução do presente Termo é de 250.138,49 (duzentos e cinquenta mil cento e trinta e oito reais e quarenta e nove centavos), sendo:

- a) 124.848,03 (cento e vinte e quatro mil oitocentos e quarenta e oito reais e três centavos) a cargo do **CEDENTE**, referente ao vínculo efetivo;

*Assinatura*



b) 125.290,46 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e noventa reais e quarenta e seis centavos) a cargo do **CESSIONÁRIO**, referente à remuneração do cargo em comissão ocupado e verbas indenizatórias.

**5.1.1** Os valores indicados poderão sofrer variações no curso da vigência deste convênio, em razão do enquadramento do servidor cedido para a percepção de direito/vantagem pessoal, ou acréscimo regulamentado aplicável sobre valores correspondentes a encargos devidos e/ou remunerações, direitos ou vantagens já percebidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DO TERMO DE CONVÊNIO**

**6.1** Os Convenientes responsabilizam-se pelo fiel cumprimento deste Termo de Convênio, e indicarão gestores, conforme regimentos internos, para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente e fiscalizar o seu cumprimento, incumbindo-lhes mutuamente o dever de zelar pela fiel observância as disposições deste instrumento.

**6.1.1** Incumbirá aos gestores a adoção das providências necessárias para a formalização de renovações e/ou alterações do instrumento, especialmente aquelas relativas a modificações eventualmente ocorridas nos regimes remuneratórios aplicáveis à cessão.

**6.2** O presente Termo de Convênio, em qualquer época de sua vigência, poderá ser alterado mediante comum acordo entre os Convenientes, mediante celebração de termo aditivo específico para tal fim.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

**7.1** O presente Convênio vigorará durante toda a vigência da nomeação do servidor para o exercício do cargo de Diretor junto ao **CESSIONÁRIO**, a contar de 01 de agosto de 2025, conforme Ato do Procurador-Geral de Justiça nº 511, de 31 de julho de 2025.

**7.2** Este instrumento será automaticamente extinto quando da exoneração do servidor dos quadros do **CESSIONÁRIO**, devendo, nesta hipótese, reapresentar-se ao **CEDENTE** conforme previsto em estatuto próprio do servidor.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO DISTRATO, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

**8.1** Este Termo de Convênio poderá, a qualquer tempo, ser consensualmente distratado ou unilateralmente denunciado por quaisquer dos Convenientes, sendo, na segunda hipótese, obrigatória a comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Em ambas as hipóteses, contudo, deverão ser respeitadas as regras definidas no presente instrumento até a data da efetiva devolução do servidor.

**8.2** Poderá ocorrer, ainda, a rescisão deste Convênio, no caso de superveniência de lei ou outro ato equivalente que torne material ou formalmente impossível, por razões de relevante



e excepcional interesse público, ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, respeitado o prazo fixado nesta cláusula.

#### **CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

Os **CONVENENTES** providenciarão a publicação do presente instrumento nos termos e condições estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus sítios eletrônicos oficiais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**10.1** Para os fins dispostos na Lei nº 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na Lei nº 12.965/14 – Marco Civil da Internet, os Convenentes, em comum acordo, se comprometem a manter política de conformidade junto ao seu quadro de servidores/empregados, notadamente em relação àqueles que terão acesso a dados pessoais gerais e dados pessoais sensíveis de terceiros que são ou que venham a ser custodiados, em razão do desempenho das atribuições a serem executadas por força do presente Termo de Convênio, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**10.2** Os Convenentes se obrigam a manter a confidencialidade sobre os dados e informações sigilosas (assim consideradas as protegidas por sigilo legal e cuja restrição de acesso esteja prevista nos termos da Lei nº 12.527/11 e da Lei nº 13.709/18 – LGPD), eventualmente compartilhadas na vigência do Termo de Convênio, vedada sua comunicação a terceiros, seja direta ou indiretamente, sob pena de responsabilização por violação de sigilo legal, conforme normas aplicáveis.

**10.3** É vedado o uso das informações, dados e/ou base de dados a que se tenha acesso em função do presente instrumento para fins distintos ao cumprimento de seu objeto, salvo o compartilhamento com outros órgãos de controle de informações e de dados gerados por meio de processos preditivos, respeitado o disposto na Lei nº 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

**10.4** O compartilhamento de que trata esta cláusula deverá ser estabelecido por instrumentos específicos em que sejam previstas as questões de caráter confidencial, exigindo-se igualmente dos Convenentes os aspectos de confidencialidade descritos no presente Termo de Convênio.

**10.5** Os dados pessoais obtidos a partir do Termo de Convênio serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, sendo permitida a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da Lei nº 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD”).

**10.6** Os Convenentes ficam obrigados a comunicar, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações

*Handwritten signature*

acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

**10.7** Os Convenentes, nos termos do inciso III, art. 23, Lei nº 13.709/2018, comprometem-se a informar um ao outro o respectivo Encarregado de Dados (DPO), que atuará como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INTERPRETAÇÃO**

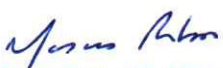
As dúvidas decorrentes de omissão ou de interpretação deste Termo de Convênio serão dirimidas conjuntamente pelos Convenentes, observado o quanto disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, no Estatuto do Servidor do Estado da Bahia (Leis Estaduais/BA nº 6.677/1994 e 8.966/2003) e eventuais alterações, podendo ser firmados, se necessários, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

Para dirimir questões oriundas deste Termo de Convênio, será competente o Foro da Comarca de Salvador/BA, eventualmente não resolvidas no âmbito administrativo.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Salvador/BA, assinado e datado eletronicamente.

  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA**  
**Marcus Vinicius de Barros Presidio**  
**Conselheiro Presidente**

**PEDRO MAIA SOUZA**  
**MARQUES**  
Assinado de forma digital por  
PEDRO MAIA SOUZA  
MARQUES  
Dados: 2025.09.22 14:53:53  
-03'00'

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Pedro Maia Souza Marques**  
**Procurador-Geral de Justiça**